

Alerta Legislação nº 27, de 29 jun. a 04 jul. 2026
Boletim semanal

Biblioteca Jurídica - Casa Civil do Estado de São Paulo

**Visite nosso endereço na Internet e conheça
outros produtos da Biblioteca:**

<http://www.bibliotecajuridica.sp.gov.br>

DESTAQUES

Governo Federal

LEI Nº 15.457, DE 3 DE JULHO DE 2026

Cria a Universidade Federal do Esporte.

LEI Nº 15.455, DE 1º.7.2026

Estabelece medidas de proteção e acolhimento de trabalhadoras e trabalhadores resgatados de condição análoga à de escravo; vincula o poder público e os empregadores à obrigação de efetivar a proteção de trabalhadores no ambiente doméstico; e altera o [Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940](#) (Código Penal), as Leis nºs [7.998, de 11 de janeiro de 1990](#), [10.593, de 6 de dezembro de 2002](#), e [11.340, de 7 de agosto de 2006](#) (Lei Maria da Penha), e a [Lei Complementar nº 150, de 1º de junho de 2015](#), para incluir disposições referentes ao combate ao trabalho em condição análoga à de escravo.
[Mensagem de veto](#)

LEI Nº 15.440, DE 26.6.2026

Altera a [Lei nº 6.360, de 23 de setembro de 1976](#) (Lei de Vigilância Sanitária sobre Produtos Farmacêuticos), para exigir a comprovação da certificação em Boas Práticas de Fabricação (BPF) no registro de medicamentos e insumos farmacêuticos de fabricação nacional ou estrangeira.

LEGISLAÇÃO FEDERAL

D. O. U.

LEGISLAÇÃO SUPERIOR

**03/07/2026
(Ed. extra)**

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.375, DE 3 DE JULHO DE 2026

Amplia o rol de Carreiras e Planos Especiais de Cargos cujos ocupantes fazem jus à indenização de que trata a [Lei nº 12.855, de 2 de setembro de 2013](#), altera a [Lei nº 15.367, de 30 de março de 2026](#), para admitir que as pessoas de que tratam o art. 6º da

	Emenda Constitucional nº 79, de 27 de maio de 2014, e o art. 6º da Emenda Constitucional nº 98, de 6 de dezembro de 2017, exerçam o direito de opção de que tratam os art. 52 a art. 54 da referida Lei, e transforma cargos efetivos vagos. <u>LEI Nº 15.457, DE 3 DE JULHO DE 2026</u> Cria a Universidade Federal do Esporte. <u>LEI Nº 15.456, DE 3 DE JULHO DE 2026</u> Regulamenta a profissão de protesista/ortesta ortopédico. <u>DECRETO Nº 13.055, DE 3 DE JULHO DE 2026</u> Altera o Decreto nº 11.712, de 20 de setembro de 2023, que qualifica organizações militares da Marinha como Organizações Militares Prestadoras de Serviços, com autonomia de gestão. <u>DECRETO Nº 13.054, DE 3 DE JULHO DE 2026</u> Altera o Regulamento da Previdência Social, aprovado pelo Decreto nº 3.048, de 6 de maio de 1999, para dispor sobre a condição de segurado especial dos associados em cooperativas. <u>DECRETO Nº 13.052, DE 3 DE JULHO DE 2026</u> Altera o Decreto nº 11.002, de 17 de março de 2022, que regulamenta a Lei nº 13.954, de 16 de dezembro de 2019, e a Medida Provisória nº 2.215-10, de 31 de agosto de 2001, para dispor sobre a remuneração dos militares na ativa, os proventos na inatividade e as pensões militares. <u>DECRETO Nº 13.050, DE 3 DE JULHO DE 2026</u> Altera o Decreto nº 9.226, de 6 de dezembro de 2017, que regulamenta a Lei nº 12.855, de 2 de setembro de 2013, que institui a indenização devida a ocupante de cargo efetivo das Carreiras e Planos Especiais de Cargos que especifica, em exercício nas unidades situadas em localidades estratégicas vinculadas à prevenção, controle, fiscalização e repressão dos delitos transfronteiriços. <u>DECRETO Nº 13.049, DE 3 DE JULHO DE 2026</u> Regulamenta a Lei nº 12.855, de 2 de setembro de 2013, que institui a indenização devida a ocupante de cargo efetivo das Carreiras e Planos Especiais de Cargos que especifica, em exercício nas unidades situadas em localidades estratégicas vinculadas à prevenção, controle, fiscalização e repressão dos delitos transfronteiriços, quanto às Carreiras e aos Planos de Cargos que especifica. <u>DECRETO Nº 13.048, DE 3 DE JULHO DE 2026</u> Estabelece os critérios e os procedimentos para a concessão do Reconhecimento de Saberes e Competências aos servidores ocupantes dos cargos do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação.
02/07/2026	<u>LEI Nº 15.455, DE 1º.7.2026</u> Estabelece medidas de proteção e acolhimento de trabalhadoras e trabalhadores resgatados de condição análoga à de escravo; vincula o poder público e os empregadores à obrigação de efetivar a proteção de trabalhadores no ambiente doméstico; e altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal),

	as Leis nºs 7.998, de 11 de janeiro de 1990, 10.593, de 6 de dezembro de 2002, e 11.340, de 7 de agosto de 2006 (Lei Maria da Penha), e a Lei Complementar nº 150, de 1º de junho de 2015, para incluir disposições referentes ao combate ao trabalho em condição análoga à de escravo. Mensagem de veto LEI Nº 15.454, DE 1º.7.2026 Dispõe sobre a transferência simbólica da sede do governo federal para o Município de Salvador, no Estado da Bahia, na data de 2 de julho de cada ano. LEI Nº 15.453, DE 1º.7.2026 Confere o título de Capital Nacional da Louça ao Município de Campo Largo, no Estado do Paraná. MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.374, DE 30.6.2026 Autoriza a concessão de apoio financeiro, na forma de subvenção econômica, aos produtores independentes de cana-de-açúcar da Região Nordeste que sofreram prejuízos econômicos decorrentes da tributação adicional sobre exportações brasileiras impostas pelos Estados Unidos da América ou de eventos climáticos extremos, com o objetivo de preservar a renda, a produção e os empregos no setor sucroenergético, e altera a Lei nº 9.818, de 23 de agosto de 1999, a Lei nº 11.540, de 12 de novembro de 2007, a Lei nº 14.947, de 2 de agosto de 2024, e a Medida Provisória nº 1.353, de 30 de abril de 2026.
01/07/2026	LEI Nº 15.452, DE 30.6.2026 Acrescenta art. 326-C à Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997 (Código de Trânsito Brasileiro), para reconhecer o Dia Mundial em Memória das Vítimas do Trânsito. LEI Nº 15.451, DE 30.6.2026 Altera a Lei nº 11.346, de 15 de setembro de 2006, que cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Sisan), para priorizar o abastecimento de alimentos à rede de acolhimento a mulheres em situação de violência doméstica e familiar e a seus dependentes. LEI Nº 15.450, DE 30.6.2026 Altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), para instituir medida destinada à prevenção do uso inadequado de psicofármacos em crianças e adolescentes. DECRETO Nº 13.043, DE 30.6.2026 Institui a Política Nacional de Governança da Terra e o Programa Terras do Brasil e autoriza a criação da Plataforma Terras do Brasil.
30/06/2026 (Ed. extra)	LEI Nº 15.448, DE 30.6.2026 Altera a Lei nº 12.629, de 11 de maio de 2012, para dispor sobre a criação de estrutura de prevenção de tromboembolismo venoso nos hospitais públicos e privados. LEI Nº 15.447, DE 30.6.2026

	Inscribe o nome de Ayrton Senna da Silva no Livro dos Heróis e Heroínas da Pátria. <u>LEI Nº 15.446, DE 30.6.2026</u> Inscribe o nome de Pedro Jorge de Melo e Silva no Livro dos Heróis e Heroínas da Pátria.
30/06/2026	<u>DECRETO Nº 13.040, DE 29 DE JUNHO DE 2026</u> Promulga a Declaração de Reconhecimento da Competência do Comitê contra a Tortura, de que trata o Artigo 22 da Convenção contra a Tortura e Outros Tratamentos ou Penas Cruéis, Desumanos ou Degradantes, firmada em Nova Iorque, em 10 de dezembro de 1984.
29/06/2026 (Ed. extra)	<u>MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.373, DE 29 DE JUNHO DE 2026</u> Institui o Programa Extraordinário de Reequilíbrio Financeiro de Tomadores de Crédito Adimplentes - Desenrola Adimplentes e dá outras providências.
29/06/2026	<u>LEI Nº 15.442, DE 26.6.2026</u> Altera a Lei nº 14.308, de 8 de março de 2022, para instituir campanhas de conscientização sobre os sintomas dos principais tipos de câncer infantil para permitir seu diagnóstico precoce. <u>LEI Nº 15.441, DE 26.6.2026</u> Fixa o limite máximo permitido de chumbo em tintas e em materiais similares de revestimento de superfícies; e revoga a Lei nº 11.762, de 1º de agosto de 2008. <u>LEI Nº 15.440, DE 26.6.2026</u> Altera a Lei nº 6.360, de 23 de setembro de 1976 (Lei de Vigilância Sanitária sobre Produtos Farmacêuticos), para exigir a comprovação da certificação em Boas Práticas de Fabricação (BPF) no registro de medicamentos e insumos farmacêuticos de fabricação nacional ou estrangeira. <u>LEI Nº 15.439, DE 26.6.2026</u> Dispõe sobre os direitos de pessoas com diabetes mellitus tipo 1 e sobre ações voltadas à promoção de sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas. Mensagem de veto
MINISTÉRIOS E OUTROS ÓRGÃOS DA UNIÃO	MARGINÁLIA FEDERAL
Presidência da República (PR)	GABINETE DE SEGURANÇA INSTITUCIONAL (GSI) → Comitê de Desenvolvimento do Programa Especial Brasileiro <u>RESOLUÇÃO CDPEB Nº 42, DE 2 DE JULHO DE 2026</u>

	Institui Grupo Técnico com o propósito de realizar estudos para: diagnosticar as vulnerabilidades relativas aos efeitos das tempestades solares para os setores de energia, telecomunicações, defesa e aviação civil; mapear o impacto de irregularidades ionosféricas sobre a precisão de sistemas globais de navegação por satélite no território brasileiro; e propor protocolos de mitigação de danos para ativos estratégicos. <u>RESOLUÇÃO CDPEB Nº 38, DE 2 DE JULHO DE 2026</u> Aprova a Resolução CDPEB nº 35, de 22 de outubro de 2025, que institui Grupo Técnico com o propósito de coordenar as ações necessárias ao processo de revisão do Programa Nacional de Atividades Espaciais em vigor no período compreendido entre 2022 e 2031.
Ministério da Educação	GABINETE DO MINISTRO (GM) <u>PORTARIA MEC Nº 589, DE 2 DE JULHO DE 2026</u> Estabelece os critérios para a filtragem de dados do Censo Escolar para identificação das escolas que ofertam as modalidades educacionais Educação Escolar Indígena, Educação Escolar Quilombola, Educação do Campo, Educação Bilíngue de Surdos, Educação de Jovens e Adultos - EJA e Educação Especial. <u>PORTARIA MEC Nº 588, DE 2 DE JULHO DE 2026</u> Institui a Política Nacional de Educação Bilíngue de Surdos - PNEBS. SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CONTINUADA, ALFABETIZAÇÃO, DIVERSIDADE E INCLUSÃO (SECADI) <u>PORTARIA SECADI/MEC Nº 38, DE 2 DE JULHO DE 2026</u> Institui o Programa Nacional de Formação para a Docência na Educação de Jovens e Adultos - ProfEJA.
Ministério da Fazenda	CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CEF → Diretoria Executiva Fundos de Governo <u>CIRCULAR Nº 1.117, DE 30 DE JUNHO DE 2026</u> Divulga o uso de FGTS como garantia de crédito consignado.
Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos	SECRETARIA DE GOVERNO DIGITAL <u>PORTARIA SGD/MGI Nº 5.395, DE 1º DE JULHO DE 2026</u> Revisa e estabelece o conjunto de recomendações para o alcance dos objetivos da Estratégia Nacional de Governo Digital para o período de 2024 a 2027.
Ministério da Justiça e Segurança Pública	GABINETE DO MINISTRO (GM) <u>PORTARIA MJSP Nº 1.244, DE 26 DE JUNHO DE 2026</u> Dispõe sobre os projetos estratégicos do Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania - Pronasci, no âmbito do Ministério da Justiça e Segurança Pública. SECRETARIA NACIONAL DE POLÍTICAS SOBRE DROGAS E GESTÃO DE ATIVOS <u>PORTARIA SENAD Nº 126, DE 25 DE JUNHO DE 2026</u>

	(...) Art. 1º Esta portaria dispõe sobre o PRONASCI Juventude, política pública de caráter permanente voltada à prevenção da criminalidade e das violências associadas aos mercados ilegais de drogas. (...)
Ministério da Previdência Social	GABINETE DO MINISTRO (GM) <u>PORTARIA MPS Nº 1.046, DE 30 DE JUNHO DE 2026</u> Aprova o Guia de Interação com o Setor Privado no âmbito do Ministério da Previdência Social e de suas entidades vinculadas, com o objetivo de fortalecer as ações de integridade, transparência, governança e prevenção de conflitos de interesses nas relações institucionais com representantes do setor privado.
Ministério da Saúde	GABINETE DO MINISTRO (GM) <u>PORTARIA GM/MS Nº 11.842, DE 2 DE JULHO DE 2026</u> Inclui procedimentos de Prostatectomia Radical Assistida por Robô (PRAR) na Tabela de Procedimentos, Medicamentos, Órteses, Próteses e Materiais Especiais do Sistema Único de Saúde (SUS). <u>PORTARIA GM/MS Nº 11.685, DE 2 DE JULHO DE 2026</u> Altera a Portaria de Consolidação GM/MS nº 5, de 28 de setembro de 2017, para redefinir o conjunto de regulamentos técnicos da área de sangue e de procedimentos hemoterápicos, no âmbito do Sistema Nacional de Sangue, Componentes e Derivados - SINASAN. SECRETARIA DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO EM SAÚDE <u>PORTARIA SCTIE/MS Nº 38, DE 1º DE JULHO DE 2026</u> Torna pública a decisão de não incorporar, no âmbito do Sistema Único de Saúde - SUS, a vosoritida para o tratamento de acondroplasia em pacientes a partir de 6 meses de idade e cujas epífises não estão fechadas. Ref.: 25000.047050/2025-48. <u>PORTARIA SCTIE/MS Nº 37, DE 2 DE JULHO DE 2026</u> Torna pública a decisão de incorporar, no âmbito do Sistema Único de Saúde - SUS, as formulações lipídicas de anfotericina B para o tratamento da leishmaniose visceral. Ref.: 25000.012251/2026-13. <u>PORTARIA SCTIE/MS Nº 36, DE 2 DE JULHO DE 2026</u> Torna pública a decisão de incorporar, no âmbito do Sistema Único de Saúde - SUS, a anfotericina B lipossomal associada à miltefosina em pacientes imunocomprometidos para o tratamento da leishmaniose visceral. Ref.: 25000.012282/2026-66.
Ministério de Minas e Energia	AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP <u>RESOLUÇÃO ANP Nº 1.005, DE 1º DE JULHO DE 2026</u> Estabelece os critérios para a caracterização da elevação abusiva dos preços de combustíveis por parte de revendedores varejistas de combustíveis líquidos e de gás liquefeito de petróleo (GLP). <u>RESOLUÇÃO ANP Nº 1.004, DE 1º DE JULHO DE 2026</u>

	Estabelece os critérios para a caracterização da elevação abusiva dos preços de combustíveis por parte de distribuidores de combustíveis líquidos e de gás liquefeito de petróleo (GLP)
Ministério do Planejamento e Orçamento (MPO)	GABINETE DO MINISTRO (GM) <u>PORTARIA GM/MPO Nº 282, DE 3 DE JULHO DE 2026</u> Abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor de diversos Órgãos do Poder Executivo, crédito suplementar no valor de R\$ 678.676.367,00, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente. <u>PORTARIA GM/MPO Nº 278, DE 02 DE JULHO DE 2026</u> Abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor dos Ministérios da Integração e do Desenvolvimento Regional; e do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome, crédito suplementar no valor de R\$ 218.243.603,00, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente. <u>PORTARIA GM/MPO Nº 269, DE 30 DE JUNHO DE 2026</u> Abre ao Orçamento da Seguridade Social da União, em favor do Ministério da Saúde, crédito suplementar no valor de R\$ 1.535.795.070,00, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente. <u>PORTARIA GM/MPO Nº 268, DE 29 DE JUNHO DE 2026</u> Abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor dos Ministérios da Saúde, do Planejamento e Orçamento, e da Defesa, crédito suplementar no valor de R\$ 121.638.890,00, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente.
Ministério dos Transportes	CONSELHO NACIONAL DE TRÂNSITO (CONTRAN) <u>RESOLUÇÃO CONTRAN Nº 1.025, DE 26 DE JUNHO DE 2026</u> Dispõe sobre a remoção, a guarda, a liberação e o leilão de veículos recolhidos. <u>RESOLUÇÃO CONTRAN Nº 1.023, DE 26 DE JUNHO DE 2026</u> Estabelece os requisitos de identificação, de segurança e de circulação em vias públicas dos veículos automotores de uso exclusivo fora de estrada, com emprego recreativo, esportivo ou turístico, de fabricação nacional ou importados e dá outras providências.
Entidades de Fiscalização do Exercício das Profissões Liberais	CONSELHO FEDERAL DE FARMÁCIA (CFF) <u>RESOLUÇÃO Nº 6, DE 25 DE JUNHO DE 2026</u> Dispõe sobre as atribuições do farmacêutico no âmbito do cuidado paliativo e terminalidade da vida. CONSELHO FEDERAL DE FONOAUDIOLOGIA (CFFA) <u>RESOLUÇÃO CFFA Nº 835, DE 20 DE JUNHO DE 2026</u> Dispõe sobre a regulamentação da atuação do fonoaudiólogo na área de Estética Orofacial.

SÃO PAULO - PODER EXECUTIVO	
PUBLICAÇÃO DOE-SP	LEGISLAÇÃO SUPERIOR
03/07/2026	<u>LEI Nº 18.495, DE 02 DE JULHO DE 2026</u> Altera a Lei nº 18.439, de 1º de abril de 2026, que autoriza o Poder Executivo a contratar operações de crédito e a prestar contragarantias aos projetos que especifica, e dá providências correlatas.
29/06/2026	<u>DECRETO Nº 70.715, DE 26 DE JUNHO DE 2026</u> Altera os Anexos II e III do Decreto nº 69.333, de 29 de janeiro de 2025, que aprova a Estrutura Organizacional e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança da Secretaria de Ciência, Tecnologia e Inovação.
SECRETARIAS E OUTROS ÓRGÃOS DO ESTADO	MARGINÁLIA ESTADUAL
Controladoria Geral do Estado (CGE)	GABINETE DO CONTROLADOR GERAL DO ESTADO <u>RESOLUÇÃO CGE Nº 016, DE 26 DE JUNHO DE 2026</u> Dispõe sobre a prorrogação do prazo para a entrega da apresentação das declarações de imposto sobre a renda e proventos de qualquer natureza pelos agentes públicos.
Secretaria da Cultura, Economia e Indústria Criativas (SCEIC)	GABINETE DA SECRETÁRIA (GS) <u>RESOLUÇÃO SCEIC Nº 30, DE 01 JULHO DE 2026</u> Dispõe sobre a institucionalização da Referencial de Boas Práticas para os Regulamentos de Compras e Contratações das Organizações Sociais de Cultura do Estado de São Paulo <u>RESOLUÇÃO SCEIC Nº 29, DE 01 JULHO DE 2026</u> Dispõe sobre a institucionalização do Referencial de Boas Práticas para os Manuais de Gestão de Pessoas das Organizações Sociais de Cultura
Secretaria da Educação (SEDUC)	GABINETE DO SECRETÁRIO (GS) <u>RESOLUÇÃO SEDUC Nº 71, DE 1 DE JULHO DE 2026</u> Institui o sistema Servidor Presente no âmbito da Secretaria da Educação do Estado de São Paulo - SEDUC e dá providências correlatas
Secretaria da Fazenda e	GABINETE DO SECRETÁRIO (GS) <u>PORTARIA DGEP-06, DE 26-06-2026</u>

Planejamento (SFP)	Divulga o índice de variação nominal da arrecadação e o valor unitário da quota, a que se refere o artigo 16 da LC 1.059/2009, alterado pela LC 1.296/2017. <u>RESOLUÇÃO SFP-16, DE 29-06-2026</u> Divulga os índices percentuais preliminares de participação dos Municípios paulistas no produto da arrecadação do ICMS do ano-base de 2025, para aplicação no exercício de 2027, e fixa prazo para apresentação da impugnação.
Secretaria de Gestão e Governo Digital (SGGD)	SUBSECRETARIA DE GESTÃO DE PESSOAS <u>PORTARIA SGP Nº 15, DE 26 DE JUNHO DE 2026</u> Dispõe sobre a uniformização dos procedimentos relativos no módulo de demandas judiciais do Sistema de Gestão de Pessoal, disponível na Plataforma Minha Área.SP.GOV.BR, para envio de apostilas judiciais a serem implantadas na folha de pagamento, complementando a Portaria SGP nº 07, de 26 de fevereiro de 2026.
Secretaria de Meio Ambiente, Infraestrutura e Logística (SEMIL)	GABINETE DA SECRETÁRIA (GS) <u>RESOLUÇÃO SEMIL Nº 022, DE 29 DE JUNHO DE 2026</u> Disciplina o procedimento e os requisitos para a formalização da integração dos Municípios à Unidade Regional de Saneamento Básico – URAE 2.
Secretaria da Saúde (SS)	GABINETE DO SECRETÁRIO (GS) <u>RESOLUÇÃO SS Nº 149, DE 3 DE JULHO DE 2026</u> Dispõe sobre o repasse de recursos federais oriundos de emendas parlamentares destinados ao Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde e ao Bloco de Estruturação da Rede de Serviços Públicos de Saúde, no âmbito do Sistema Único de Saúde – SUS, e dá providências correlatas. <u>RESOLUÇÃO SS Nº 142, DE 1 DE JULHO DE 2026</u> Dispõe sobre a realização de Convocação Pública a que alude o parágrafo 3º do artigo 6º da Lei Complementar Estadual n.º 846, de 04 de junho de 1.998 <u>RESOLUÇÃO SS Nº 139, DE 30 DE JUNHO DE 2026</u> Estabelece a transferência de recursos financeiros do Fundo Estadual de Saúde, em consonância ao programa 0930 – Atendimento Integral e Descentralizado no SUS/SP, com vista a cooperação financeira aos municípios, no financiamento de ações e serviços decorrentes da Atenção Básica prestada à comunidade e dá providências correlatas. <u>RESOLUÇÃO SS Nº 137, DE 29 DE JUNHO DE 2026</u> Dispõe sobre o repasse de recursos federais oriundos de emendas parlamentares destinados ao Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde e ao Bloco de Estruturação da Rede de Serviços Públicos de Saúde, no âmbito do Sistema Único de Saúde – SUS, e dá providências correlatas.

Publicação DOE Legislativo	SÃO PAULO - PODER LEGISLATIVO
03/07/2026	PROJETOS DE LEI <u>PROJETO DE LEI Nº 671/2026, DE 03/07/2026</u> Institui a Política Estadual de Interiorização do Combate aos Crimes Cibernéticos e dá outras providências. <u>PROJETO DE LEI Nº 670/2026, DE 03/07/2026</u> Dispõe sobre a utilização da Bíblia Sagrada como recurso paradidático complementar nas escolas públicas e particulares do Estado de São Paulo e dá outras providências. <u>PROJETO DE LEI Nº 667/2026, DE 03/07/2026</u> Estabelece diretrizes para a proteção, valorização e promoção do artesanato produzido por povos indígenas no Estado de São Paulo, reconhecendo-o como manifestação cultural tradicional e atividade econômica de subsistência. PROJETOS DE DECRETO LEGISLATIVO <u>PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 18/2026, DE 03/07/2026</u> Susta os efeitos Resolução Seduc nº 70, de 1 de julho de 2026, que institui o sistema Servidor Presente no âmbito da Secretaria da Educação do Estado de São Paulo – SEDUC e dá providências correlatas.
02/07/2026	PROJETOS DE LEI <u>PROJETO DE LEI Nº 665/2026, DE 02/07/2026</u> Dispõe sobre a proibição de veiculação de anúncios publicitários em janelas no transporte público intermunicipal e no sistema metroferroviário no Estado de São Paulo, e dá outras providências. <u>PROJETO DE LEI Nº 664/2026, DE 02/07/2026</u> Dispõe sobre a obrigatoriedade de divulgação, pelos postos revendedores de combustíveis localizados no Estado de São Paulo, da relação percentual entre os preços do etanol hidratado combustível e da gasolina comum, e dá outras providências. <u>PROJETO DE LEI Nº 663/2026, DE 02/07/2026</u> Institui a Política Estadual de Capacitação para o Atendimento Seguro e Inclusivo de Pessoas com Transtorno do Espectro Autista (TEA) e demais pessoas neurodivergentes nos serviços de transporte de passageiros no Estado de São Paulo. <u>PROJETO DE LEI Nº 661/2026, DE 02/07/2026</u> Institui a Política Estadual de Prevenção e Combate a Incêndios em Propriedades Rurais, e autoriza o compartilhamento de dados de imóveis rurais com o Corpo de Bombeiros. <u>PROJETO DE LEI Nº 660/2026, DE 02/07/2026</u> Dispõe sobre o Poder Executivo, inserir nos projetos arquitetônicos dos órgãos do Estado de São Paulo a instalação de sistema de coleta e geração de energia solar.

01/07/2026	PROJETOS DE LEI COMPLEMENTAR <u>PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 14/2026, DE 02/07/2026</u> Institui o Adicional de Risco de Patrulhamento Motorizado, devido aos integrantes da Polícia Militar do Estado de São Paulo que exerçam patrulhamento ostensivo em motocicleta, e dá outras providências. <u>PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 13/2026, DE 02/07/2026</u> Institui a carreira única do Quadro de Praças da Polícia Militar do Estado de São Paulo, dispõe sobre o subsídio mensal dos militares da Polícia Militar do Estado de São Paulo e dá providências correlatas. <u>PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 12/2026, DE 02/07/2026</u> Dispõe sobre a equiparação do valor da diária-alimentação aos Policiais Penais do Estado sob às mesmas condições e valores concedidos aos Policiais Civis e Militares e dá outras providências. PROJETOS DE LEI <u>PROJETO DE LEI Nº 659/2026, DE 01/07/2026</u> Institui a Política Estadual de Mediação e Acolhimento Escolar na rede pública de ensino do Estado de São Paulo e dá outras providências. <u>PROJETO DE LEI Nº 656/2026, DE 01/07/2026</u> Autoriza o Poder Executivo a adotar as providências necessárias para a implantação do Hospital Estadual de Mauá, com vistas ao fortalecimento da assistência hospitalar regional no âmbito do Sistema Único de Saúde – SUS. <u>PROJETO DE LEI Nº 652/2026, DE 01/07/2026</u> Estabelece o direito à transferência prioritária do policial militar do Estado de São Paulo que possua familiar portador de doença grave, e dá outras providências. <u>PROJETO DE LEI Nº 650/2026, DE 01/07/2026</u> Institui, no âmbito do Estado de São Paulo, o benefício da meia-entrada para doadores regulares de sangue em estabelecimentos culturais, artísticos, esportivos e de lazer, e estabelece diretrizes para o incentivo permanente à doação voluntária de sangue. <u>PROJETO DE LEI Nº 649/2026, DE 01/07/2026</u> Altera a <u>Lei nº 14.591, de 14 de outubro de 2011</u>, que cria o Programa Paulista da Agricultura de Interesse Social – PPAIS, para fortalecer as compras públicas locais e regionais da agricultura familiar, ampliar a transparência, estimular o beneficiamento de produtos e dar outras providências. <u>PROJETO DE LEI Nº 648/2026, DE 01/07/2026</u> Institui a Política Estadual de Atenção Integral à Pessoa Transplantada e à Pessoa em Lista de Espera para Transplante no Estado de São Paulo e dá outras providências.
------------	--

Obs.: Caso algum *link* não esteja disponível, consulte o Diário Oficial Eletrônico, por meio do seguinte endereço: <https://www.doe.sp.gov.br/>

Equipe Responsável pelo Boletim:

Marcelo Conti

mconti@sp.gov.br

Fernanda Vieira Cunha Schvanz

fschvanz@sp.gov.br

Márcia Santos de Oliveira

msoliveira@sp.gov.br

Casa Civil - Estado de São Paulo - Biblioteca Jurídica

Contato:

(11) 2193-8144

bibjur@sp.gov.br

Cancelamento:

Se não houver interesse em continuar recebendo este informativo, favor acessar o endereço:

<https://support.microsoft.com/pt-br/office/filtrar-lixo-eletr%C3%B4nico-e-spam-no-outlook-na-web-db786e79-54e2-40cc-904f-d89d57b7f41d>